

Juízo Final?

OS PRÓXIMOS PASSOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

por FABIO SERAPIÃO

A AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA pelo juiz Sergio Fernando Moro para a Polícia Federal realizar a fase Juízo Final da Operação Lava Jato, na sexta-feira 14, transformou Curitiba na sede provisória dos mais badalados e caros escritórios de advocacia do Brasil. Amparados por equipes espalhadas em todas as Cortes brasileiras, advogados renomados marcaram ponto na sede da PF ao longo da última semana e, à espera dos interrogatórios de seus clientes, trocavam ideias em busca de um argumento jurídico suficientemente persuasivo para livrar da prisão e, em seguida, de uma condenação as maiores empreiteiras do Brasil e seus principais diretores, incluídos cinco presidentes. Para alcançar esse intento, os defensores terão de explicar por qual motivo colossais pilhas de documentos e testemunhos de integrantes do esquema engordam os processos armazenados na mesa e prateleiras do amplo escritório do prédio da Justiça Federal do Paraná ocupado por Moro. Tais provas apontam para a existência de um esquema cujo alcance, segundo a Polícia Federal, abrange uma estrutura criminosa que assola o País de Norte a Sul e, reforça o Ministério Público Federal (MPF), atua ao menos há 15 anos na Petrobras.

Mais do que tirar seus clientes da carceragem da PF, os advogados buscam evitar que as informações colhidas nas cada vez mais numerosas delações premiadas e quebras de sigilo conduzam os investigadores a mirar não somente os contratos de mais de 59 bilhões de reais firmados com a maior estatal nacional, mas as relações dessas construtoras com governos estaduais e municipais. Como bem ressaltou a defesa de um dos envolvidos, sem a “composição

PREFEITURA DE SÃO PAULO

Nos documentos apreendidos pela PF e nas quebras de sigilo há menções a pelo menos dois contratos da gestão do prefeito Gilberto Kassab, do PSD. O caso Controlar, de inspeção veicular, e o contrato de reurbanização da Favela Real Parque. Foram encontrados repasses do Consórcio Sehab, que venceu a licitação da reurbanização, e do dono da empresa Controlar para empresas de fachada de Youssef.



ADIR ASSAD

A quebra do sigilo bancário de umas das empresas de fachada de Youssef revelou que o empresário utilizou o esquema do doleiro. Assad apareceu pela primeira vez na CPI do Cachoeira. Suas empresas foram alvo da Operação Saqueador da PF por terem sido abastecidas com 1 bilhão de reais provenientes de empreiteiras, entre elas a Delta Engenharia



CEMIG E COPASA

As duas estatais mineiras aparecem na lista de projetos sob a tutela do doleiro. No caso da Cemig, a PF encontrou documentos que indicam que uma empresa de fachada de Youssef esteve em negócios a envolver um contrato de compra e venda de energia da estatal

59
BILHÕES
DE REAIS

É o valor dos contratos estimados entre as empreiteiras e a Petrobras

10
BILHÕES
DE REAIS

É a estimativa dos valores movimentados por Alberto Youssef

A RODA-DA-FORTUNA NA PETROBRAS

OS OPERADORES

Fernando Soares, ou Fernando Baiano. É apontado pela PF como o operador do PMDB no esquema. Segundo os delatores, o PMDB recebia a propina oriunda da estatal, presidida por Nestor Cerveró



OS DIRETORES

Nestor Cerveró. Diretor da área internacional da Petrobras. A parte desviada dos contratos os delatores, seria repassada aos políticos do PMDB pelo operador Fernando Baiano



Adarico Negromonte. Irmão do ex-ministro Mário Negromonte. Era responsável pelo transporte de dinheiro. Está foragido



Jayme Alves de Oliveira Filho. Policial Federal lotado no Aeroporto do Galeão. Ajudava a quadrilha no transporte de valores



Rafael Angulo Lopes. Trabalhava com Youssef e era responsável pela entrega de valores a agentes públicos



Enivaldo Quadrado. Laranja do doleiro na corretora Bônus Banval, utilizada para lavagem de dinheiro no escândalo do "mensalão"



Carlos Alberto Pereira da Costa. Laranja do doleiro e primeiro a aceitar o acordo de delação premiada



Leonardo Meirelles. Laranja do doleiro na empresa Labogen

João Procópio Junqueira de Almeida Prado. Titular da offshore Santa Tereza Services, utilizada para envio de dinheiro do esquema ao exterior



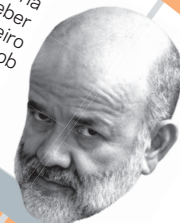
Pedro Barusco. Gerente executivo do setor de Engenharia da Petrobras. Assinou acordo de delação e vai devolver 100 milhões de dólares



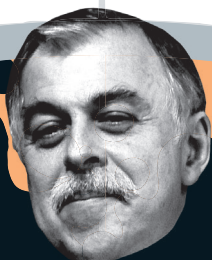
Renato Duque. Diretor de Serviços da estatal e indicado pelo ex-ministro José Dirceu. Seria responsável pelos desvios em prol do PT



João Vaccari. Tesoureiro do PT. Segundo os delatores, Vaccari seria o responsável por receber e distribuir ao PT o dinheiro desviado dos contratos sob a tutela de indicados pelo partido. Sua cunhada foi alvo da fase Juízo Final



Paulo Roberto Costa. Indicado pelo ex-deputado José Janene, era responsável por repassar o dinheiro desviado aos políticos do PP. Era diretor de Abastecimento da Petrobras. Assinou acordo de delação premiada, no qual teria entregue cerca de 40 políticos envolvidos no esquema. Seu operador era Youssef



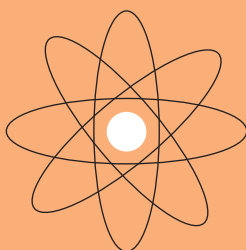
GERALDO BUBNIAK/AGB/ESTADÃO CONTEÚDO, ANTONIO CRUZ/ABR, LUIS MACEDO, MARCOS DE PAULA/ESTADÃO CONTEÚDO, DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO, ANTONIO CRUZ/ABR, WILLIAN ALVES E JOEDSON ALVES/ESTADÃO CONTEÚDO

REPORTAGEM DE CAPA

ilícita” entre empresários e políticos nenhuma obra vai para a frente. Tira o sono dos empresários a possibilidade de os processos sob a tutela de Moro desnudarem a estrutura financeira utilizada pelas empreiteiras para custear as despesas de partidos políticos e agentes públicos dispostos a influir no direcionamento e superfaturamento dessas obras públicas que as transformaram em multinacionais bilionárias. E calafrios nos partidos políticos a iminência de uma avalanche de inquéritos com o poder de alcançar os canais pelos quais as principais campanhas políticas foram e são abastecidas desde o fim da ditadura.

Por várias vezes a Justiça brasileira teve a chance, agora propiciada pelas investigações da Lava Jato, mas sempre foi derrotada, total ou parcialmente, por essas mesmas bancas. No caminho para alcançar mais uma vitória e livrar seus clientes dos tentáculos da lei, o primeiro passo dos advogados é tirar da disputa o temido juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Aos 42 anos, Moro é considerado o maior especialista em lavagem de dinheiro da Justiça brasileira. É doutor em Direito do Estado e professor pela Universidade Federal do Paraná, frequentou a Harvard Law School e colabora com o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o combate à corrupção e lavagem de dinheiro, do Ministério da Justiça. Autor de livros sobre o tema, assessorou a ministra Rosa Weber em seu voto no julgamento do chamado “mensalão”. Mas não foi somente a experiência acadêmica a responsável por transformar o magistrado em referência. Moro esteve à frente das principais operações contra lavagem de dinheiro dos últimos 15 anos. Com seu sotaque paranaense ampliado por uma voz grave deu ordem de prisão a mais de 60 doleiros apenas na Operação Farol da Colina. Em 2007, desmantelou uma quadrilha de 11 suspeitos ligados ao traficante Fernandinho Beira-Mar. Somente no



A FACE DO CRIME

Durante a fase Juízo Final da Lava Jato, a Polícia Federal cumpriu 85 mandados de busca e apreensão, vasculhou as sedes de nove construtoras e prendeu 24 diretores, incluídos cinco presidentes. Foram bloqueados mais de 700 milhões de reais em nome dos empresários.



Ricardo Ribeiro Pessoa, diretor-superintendente



Walmir Pinheiro Santana, responsável pela UTC Participações



Ednaldo Alves da Silva



Idelfonso Colares Filho, diretor-presidente



Othon Zanoide de Moraes Filho, presidente da Vital Engenharia, ligada à Queiroz Galvão



Eduardo Hermelino Leite, vice-presidente



João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração



Edmundo Trujillo, diretor do Consórcio Nacional Camargo Corrêa



Dalton dos Santos Avancini, presidente



Sergio Cunha Mendes, vice-presidente



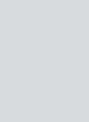
Angelo Alves Mendes, vice-presidente



Rogério Cunha de Oliveira, diretor de Óleo e Gás



Flávio Sá Motta Pinheiro, diretor-administrativo e financeiro da Mendesprev



Gerson de Mello Almada, vice-presidente



Carlos Eduardo Strauch Albero, diretor técnico



Newton Prado Júnior, diretor técnico



Cristiano Kok, presidente



Luiz Roberto Pereira, diretor



José Aldemário Pinheiro Filho, presidente



Agenor Franklin Magalhães Medeiros, diretor-presidente da Área Internacional



José Ricardo Nogueira Breghirolli, diretor



Mateus Coutinho de Sá Oliveira, diretor-financeiro



Alexandre Portela Barbosa, advogado



Pedro Morollo Junior, engenheiro civil



Fernando Augusto Stremel Andrade, engenheiro civil



Caso Banestado, responsável pela evasão de 30 bilhões de reais, seus processos bloquearam mais de 300 milhões no exterior e resultaram em créditos tributários na casa de 4,8 bilhões de reais.

A vesso a aparições e declarações, o juiz evita entrevistas. Nem mesmo longe das câmeras e gravadores posiciona-se sobre processos sob sua tutela. Ao mesmo tempo, demonstra personalidade nos autos. No Caso Banestado, inovou ao selar múltiplos acordos de delação premiada que resultaram na condenação de empresários e operadores do mercado de câmbio paralelo, entre eles Alberto Youssef. Quando instado a comentar detalhes processuais, Moro apenas informa aos interessados a possibilidade de qualquer cidadão poder consultá-los quando não estão sob sigilo. Como afirma em sua decisão que torna públicos os papéis da Juízo Final: “O levantamento propiciará assim não só o exercício da ampla defesa pelos investigados, mas também o saudável escrutínio público sobre a atuação da Administração Pública e da própria Justiça criminal”.

Na prática, o magistrado aprendeu que a aplicação da lei está mais relacionada com o correto andamento do processo e o equilíbrio nas decisões do que com penas elevadas e excessivas para agradar à opinião pública.

Suas decisões são técnicas e seus processos parecem correr em uma ilha na qual os interesses políticos e econômicos passam despercebidos do juiz de cabelos negros sempre bem aparados e olhar insondável. Da mesa no prédio localizado no Bairro Ahú, a cerca de 4 quilômetros da sede da PF, a presença de Moro indica aos defensores que as chances de a Justiça revidar as últimas derrotas em casos a envolver



Firme. O rigor do juiz Sérgio Moro é o principal obstáculo para a defesa dos envolvidos no escândalo

O CARTEL FORMADO PELAS MAIORES CONSTRUTORAS DO PAÍS LOTEOU LICITAÇÕES E CAUSOU PREJUÍZOS BILIONÁRIOS À PETROBRAS

Logo após detalhar a ação de cada uma das sete construtoras no suposto cartel responsável por superfaturar os contratos da es-

empresários e políticos não é só possível quanto iminente. Diante das circunstâncias, a única saída seria tirar os processos das mãos do juiz. Para sustentar essa tese, os defensores evocam o fato de Youssef residir em São Paulo e os crimes terem sido praticados em outros estados e contra a Petrobras, sediada no Rio de Janeiro. A posição de Moro encontra-se no despacho de autorização das buscas e prisões.

tatal, o juiz crava que a “competência para o processo e julgamento desses crimes, com algumas ressalvas, é desta 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba”.

As ressalvas são para os agentes com foro privilegiado. Esses terão de enfrentar o procurador-geral Rodrigo Janot, outra autoridade que tem causado pânico nas defesas, e o ministro Teori Zavascki. Para os demais envolvidos, entre eles os



dirigentes das construtoras, integrantes do grupo de Youssef e ex-diretores de estatais, o entendimento do magistrado é que os processos possuem conexão com as ações penais e investigações originárias da Lava Jato. A matriz dos crimes investigados na operação é a lavagem de dinheiro do falecido ex-deputado José Janene em um empreendimento industrial chamado Dunel Indústria e Comércio, na cidade de Londrina. Foi a partir dessa apuração que a PF chegou ao esquema de Youssef e nas relações com Paulo Roberto Costa, empreiteiras e agentes públicos. Além do amparo legal, Moro escora-se no aprendizado do Caso Banestado. Naquele momento, por causa

da enorme quantidade de processos derivados da ação principal, o juiz optou por enviar alguns para as comarcas nas quais residiam as partes ou onde os crimes teriam ocorrido. O desmembramento impossibilitou uma maior eficiência na consolidação das sentenças e a consequente recuperação dos valores desviados. No caso da Lava Jato, como a tática parece não surtir resultado imediato, os advogados apoiam-se na versão de que seus clientes são vítimas e não criminosos. Ao menos dois dos executivos de empreiteiras presos e ouvidos pela Polícia Federal levantaram a tese de que suas companhias eram alvo de extorsão por parte da quadrilha e dos políticos.

Na segunda-feira 17, Erton Medeiros Fonseca, diretor-presidente de Engenharia Industrial da Galvão Engenharia, disse ter aceitado pagar propina após ameaças. De acordo com Fonseca, Costa e Youssef afirmavam que, se a construtora não pagasse propina (no caso direcionada ao PP), poderia ser punida com a suspensão de pagamentos por obras encerradas. Fonseca afirmou estar disposto a fazer acareação com a dupla. O primeiro é apontado pelos investigadores como “operador político” da quadrilha e o segundo, como “operador financeiro”. Ambos assinaram acordo de delação premiada com o MPF em troca de benefícios no cumprimento de suas penas, mas o conteúdo dos

DUPLA CONDIÇÃO

Petrobras, vítima ou culpada?

por CARLOS DRUMMOND

Enquanto algumas consultorias e corretoras dos EUA recomendavam manter o investimento em títulos da Petrobras, na quarta-feira 20, pois “o pior já passou e as más notícias estão precificadas na cotação”, outras chamavam atenção para o fato de o papel sofrer um processo de queda acompanhado de volume negociado elevado (2,4 vezes o normal), sinal infalível de investidores em debandada. A situação pode piorar e quem vender por último ficará com o mico, isto é, será o maior prejudicado, alerta o último grupo de instituições. Sob investigação sigilosa nos Estados Unidos pela Securities and Exchange Commission, órgão encarregado de fiscalizar o mercado de ações, e pelo Departamento de Justiça, a empresa brasileira perdeu 31% do valor neste ano nos pregões da Bolsa de Nova York, em consequência das notícias sobre corrupção,

dos preços baixos do petróleo e do rebaixamento da companhia por bancos norte-americanos e europeus.

“A SEC tem competência para investigar e punir administradores de empresas brasileiras que tenham feito oferta e distribuição de valores mobiliários no mercado americano, como é o caso da Petrobras. E poderá levar isso adiante por meio de uma investigação autônoma ou em cooperação com a Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades brasileiras”, aponta Walfrido Jorge Warde Junior, sócio da Lehmann, Warde & Monteiro de Castro Advogados.

“A Petrobras tem uma dupla condição nos Estados Unidos. Ela é listada na Bolsa de Nova York e está sujeita às normas do mercado de capitais aplicáveis a todas as companhias com ações negociadas no país, mas é também uma estatal. A depender da ótica da SEC, pode ser considerada

um agente governamental atingido por fraudes e atos de corrupção. A lei anticorrupção dos EUA não se estende a governos estrangeiros. Nesse estágio, entretanto, não dá para saber se a empresa brasileira será considerada vítima ou tratada como uma companhia listada na Bolsa sujeita à lei anticorrupção”, explica Cynthia Catlett, sócia do grupo de auditoria e consultoria Grant Thornton, responsável no país pela área de Investigação de fraude, prevenção à corrupção e lavagem de dinheiro.

Na avaliação de uma das maiores instituições financeiras globais, a administração da Petrobras está sujeita a multas da SEC, mas funcionários do governo brasileiro não podem ser processados e não haveria interesse em retirá-la da lista de ações negociadas no mercado dos EUA.

Empreiteiras brasileiras de capital aberto ou fechado com escritórios nos Estados Unidos e acusadas de corromper diretores e funcionários da Petrobras podem ser responsabilizadas por tais atos pelo



Em queda.
Na Bolsa de Nova York, as cotações da empresa sob investigação caíram 31% neste ano

Departamento de Justiça.

Não será surpresa se a investigação norte-americana produzir melhores resultados e em prazo mais curto em comparação à apuração no Brasil. A SEC é responsável por normatizar e fiscalizar o mercado de capitais e assegurar o seu funcionamento no financiamento da economia. Foi criada em 1934 com o perfil de uma agência regulatória “quase judicial” independente e é uma das instituições do New Deal, o programa de reconstrução dos Estados Unidos implantado durante a Grande Depressão pelo presidente Franklin Delano Roosevelt. Em casos



depoimentos não foi usado nessa etapa da Lava Jato, pois aguardam homologação do Supremo Tribunal Federal (STF). Além dos dois, ao menos seis delatores contribuem com as investigações: os empresários da Toyo Setal Julio Camargo e Augusto Ribeiro, a contadora Meire Poza, o laranja do doleiro, Carlos Alberto Pereira, o ex-diretor da Petrobras Pedro Barusco e parentes de Costa. Na terça-feira 18, Sergio Cunha Mendes, vice-presidente da Mendes Júnior, adotou a tese de Fonseca. Segundo seu advogado, Marcelo Leonardo, além da ameaça de não receber por obras concluídas, a empresa teria sido advertida da possibilidade de ser excluída de futuras licitações, caso não pagasse

de fraude e corrupção, pode contar com o auxílio do FBI em investigações. As punições para violações das normas do mercado de valores mobiliários incluem multa e prisão.

O organismo similar brasileiro, a Comissão de Valores Mobiliários, age sob uma legislação frouxa, conta com estrutura modesta e aplica penas leves.

Alguns exemplos permitirão avaliar, ao fim das investigações brasileiras relacionadas à Petrobras, se a punição dos eventuais culpados se aproximará do padrão praticado nos Estados Unidos. Joel Esquenazi e Carlos Rodriguez, ex-presidente e ex-vice-presidente da americana Terra Telecommunications, foram condenados em 2011 a penas de 15 e 7 anos, respectivamente, e a multas superiores a 3 milhões de dólares, por pagamento de suborno de 800 mil dólares a funcionários da estatal haitiana Télécommunications d'Haiti. Foi a maior condenação baseada na lei criada em 1977 para punir corrupção de funcionários de outros países, a Foreign Corrupt Practices Act.

Defesa.

Os advogados mais bem pagos do Brasil tentam livrar as empreiteiras

a propina. Por isso, afirma Leonardo, a construtora aceitou repassar 8 milhões de reais às empresas de Youssef.

No parecer a favor das prisões e buscas da sétima fase da Lava Jato, os procuradores apontam a existência de “contundentes indícios de que as empresas do Grupo Galvão Engenharia participavam de verdadeiro cartel entre grandes empreiteiras, que distribuíam entre si contratos de órgãos públicos”. Sobre a Mendes Júnior afirmam ver “indícios razoáveis de que o grupo participava da formação de cartel em contratações da Petrobras”. Entre os indícios estão o fato de as duas empresas, assim como os executivos presos, terem sido citadas por Costa e Youssef e mencionadas em documentos apreendidos pela PF. As empreiteiras fizeram depósitos nas contas das firmas de fachada usadas por Youssef para lavar dinheiro e, informa o Ministério Público, participaram de licitações fraudadas. As empresas são a M.O. Consultoria, GDF Investimentos, RCI Software, Rigidez Engenharia e mais uma dezena de empresas em nome de laranjas do doleiro.

As autoridades constataram um fato: o grupo de empresas sempre venceu as licitações, em muitos casos pagando os valores máximos estabelecidos pela Petrobras. Estariam envolvidas no esquema, além da Mendes Júnior e Galvão Engenharia, a Camargo Corrêa, a OAS, a UTC/Constran, Queiroz Galvão, Engevix, Iesa e Odebrecht. Os partidos seriam o PT, o PMDB e o PP. Cada um com seu operador. Fernando Baiano atuava para os peemedebistas na diretoria Internacional de Nestor Cerveró.



João Vaccari cuidava dos negócios do PT nas diretorias de Serviços, de Renato Duque, e no setor de Engenharia comandado por Pedro Barusco, o mais novo delator. E o próprio Youssef cuidava da parte do PP e da diretoria de Abastecimento sob a tutela de Paulo Roberto Costa. Segundo parecer dos procuradores, a Petrobras ocultava o preço originalmente orçado, mas trabalhava com margens entre 15% abaixo e 20% acima do valor original, de modo a evitar propostas excessivamente onerosas ou consideradas inexequíveis. O cartel dividia as obras, o que permitia à empresa escolhida oferecer uma proposta com lucros exorbitantes para garantir subsídios a serem utilizados para irrigar o esquema de corrupção. As provas apontam o repasse de cerca de 3% do valor de cada obra para os grupos políticos.

Encarregado de fazer a denúncia contra os políticos envolvidos no esquema, Janot foi quem melhor definiu a tática das empreiteiras. Ao rechaçar a tese de que as empresas eram vítimas de extorsão ou concussão, o procurador-geral citou justamente a existência do cartel. “Como a concussão te obriga a fazer um cartel, fraudar uma licitação e ganhar um dinheirão? Está sendo extorquido para ganhar dinheiro? Para ter de botar 100 milhões no bolso?”, afirmou em entrevista recente. Na mesma conversa, Janot criticou os vazamentos seletivos



REPORTAGEM DE CAPA

praticados pelo advogado de Youssef, que, segundo ele, é ligado ao PSDB paranaense. “Queriam interferir no processo eleitoral”, afirmou. A investigação também passou por um momento de tensão causado pela revelação da militância política de um dos delegados do caso em uma rede social. Ao criticar o presidente Lula e declarar apoio ao tucano Aécio Neves, o investigador virou alvo de um processo disciplinar na PF e causou irritação no PT.

A PF é assertiva ao falar sobre a combinação entre as companhias. Anotam os delegados: o cartel “perdurou por vários anos no Brasil, de forma que propiciou que as empresas fraudassem centenas de licitações, gerando prejuízos bilionários” e provocou “o estabelecimento e direcionamento dos consórcios, com a divisão do mercado e o preço final superfaturado, onde foi incluído o valor do ajuste a ser desviado e repassado aos agentes públicos”. Ainda segundo a PF, as empreiteiras e os políticos mantinham uma simbiose, que “implica uma inter-relação de tal forma íntima entre os organismos envolvidos que se torna obrigatória”. Assim, concluem os policiais, tamanho é “o intrincado relacionamento da organização criminosa” que “por vezes é difícil distinguir quem foi o corrupto e quem foi o corruptor”.

Em sua decisão, Moro afirma que as empreiteiras frustravam mediante “ajuste prévio as licitações da estatal ao definir previamente a ganhadora com condições de propor o maior preço possível à Petrobras e sem concorrência real”. O juiz confirma que “o produto do crime decorrente do ajuste dos procedimentos licitatórios e do preço foi, sucessivamente, lavado pelas empreiteiras por meio do serviço prestado por Alberto Youssef”.

O doleiro e sua delação premiada são o outro alvo das defesas e a razão é bem evidente. Velho conhecido de Moro, Youssef é classificado como uma espécie de banqueiro central do “dinheiro sujo”. Sua atuação remonta à década de 1990. Esteve

envolvido na lavagem de dinheiro de Paulo Maluf, Celso Pitta, Fernandinho Beira-Mar e é o responsável pela primeira delação do Caso Banestado, que resultou no desmanche de uma intrincada rede de doleiros. É dessa época o primeiro encontro entre Youssef e Moro. Preso por movimentar mais de 800 milhões nas contas CC5 do Banco do Estado do Paraná, o contraventor e seu advogado Antonio Figueiredo Basto aceitaram um acordo de delação pelo qual entregaram outros usuários do esquema e se comprometeram a encerrar a prática delitiva. Pelos crimes recebeu uma pena em regime semiaberto e livrou-se de todos os processos.

Entretanto, tão logo assinou o acordo, voltou a cometer crimes. Segundo conversa gravada de sua contadora, Meire Poza, Youssef continuou a operar enquanto cumpria a pena. Um sinal da sua atuação surgiu no escândalo do “mensalão”, cujo julgamento reuniu os mesmos advogados que agora defendem os empreiteiros. A empresa que ele havia declarado como sua na delação a Moro em 2004, a corretora Bônus Banval, aparece no escândalo e seu cliente, o Banco Rural, igualmente citado na delação, teve executivos condenados por montar a estrutura financeira do esquema petista. Por um “descuido” do então procurador-geral Antonio Fernando de Souza, esse fato e a relação de Daniel Dantas com as empresas de Marcos Valério não constaram na denúncia oferecida ao STF e o doleiro continuou a prosperar, até ser alvejado pelas primeiras investigações, cujo desfecho é a Lava Jato.

Longe do banco dos réus do “mensalão” e com boa parte da concorrência alvejada por sua delação, Youssef tomou conta do mercado. Diante dos problemas cardíacos de seu padrinho Janene, assumiu, além da engrenagem financeira, as tratativas políticas com as empreiteiras e diretores de estatais. Em busca e apreensão realizada em sua casa, a PF encontrou o resultado de anos de atuação sem os freios da lei: uma lista de 750 projetos intermediados por ele nos últimos anos. Além da Petrobras, estatais como a Cemig e a Copasa, ambas

Políticos. O procurador-geral Rodrigo Janot é responsável por investigar os políticos



de Minas Gerais, ações de recuperação de precatórios no Maranhão, companhias de saneamento de vários estados, empresas particulares, entre elas as de Eike Batista, e uma série de outros clientes ainda não revelados. Até o momento, as autoridades conseguiram mapear repasses em uma *offshore* em nome de laranjas, a Santa Tereza Services, que ligam o doleiro a dois contratos da gestão Gilberto Kassab na prefeitura de São Paulo.

A partir da quebra de sigilo de *offshores*, os delegados liderados por Márcio Anselmo e os procuradores coordenados por Carlos Fernando dos Santos Lima encontraram um vasto número de transações que podem ter como lastro a conquista de obras públicas por parte das empreiteiras em todos os cantos do Brasil e

GUSTAVO MORENO/CB/D. A. PRESSE E FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR



OS DESDOBRAMENTOS DA OPERAÇÃO DEVEM REABRIR INVESTIGAÇÕES ARQUIVADAS E COMPROMETER VÁRIOS PARTIDOS POLÍTICOS

Sempre ele. Nos bastidores, a delação do gerente da Petrobras Pedro Barusco é vista como uma bomba para o ex-ministro José Dirceu

facilitada por partidos dos mais diferentes matizes ideológicos. No caso da Petrobras, com a aparição de mais dois ex-diretores, Pedro Barusco e Renato Duque, as pistas caminham para uma explicação sobre o modo de o PT bancar suas campanhas políticas ao menos desde 2006. O diretor de Serviços e o gerente-executivo de Engenharia eram os homens de confiança do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, atualmente em prisão domiciliar. Nos bastidores, a notícia sobre o acordo de Barusco para a devolução de 200 milhões de dólares gerou um alvoroço a respeito do tamanho do estrago a ser causado. Há quem diga que a delação de Barusco pode levar novamente Dirceu à cadeia e desta vez pelas mãos de Moro, não do STF. Mais: os depoimentos do responsável por todos os projetos de obras executadas pela Petrobras podem expor uma rede de financiamento ilegal de campanha e causar transtornos para a presidenta Dilma Rousseff.

O que seria a arma perfeita para a oposição e setores da sociedade interessados

em derrubar Dilma, não poupa, no entanto, nenhum partido político abastecido por doações das empreiteiras. Nesse cenário, apenas as siglas nanicas escapariam. A relação de Youssef com as empreiteiras, sugerem as investigações, teria extrapolado os limites da Petrobras. Em alguns casos,

o doleiro tornou-se sócio das empresas e usava sua estrutura para o escoamento do dinheiro proveniente de obras federais, estaduais e municipais. Um dos casos citados é a relação do doleiro com a empresa UTC/Constran. Segundo a PF, o operador chegou a ser sócio do presidente da empresa, Ricardo Pessoa, em um hotel na Bahia. Em seu depoimento, Pessoa negou a existência do cartel, mas confirmou contato próximo com os tesoureiros do PT e do PSDB.

O outro exemplo destacado pelos investigadores e que pode atingir partidos fora da base aliada do PT são os negócios do doleiro com a Camargo Corrêa. Além de distribuir a propina proveniente da empreiteira, os documentos da Lava Jato mostram a estreita relação entre Youssef e o vice-presidente da construtora, Eduardo Leite. Embora petistas e aliados sejam os “donos” das principais obras em mãos da companhia, o medo da oposição é de a investigação reavivar a rumorosa Operação Castelo de Areia, enterrada pelo Supremo Tribunal de Justiça em 2011. As autoridades envolvidas chegaram a estudar a possibilidade de utilizar os documentos coletados em 2009 que mapearam a distribuição

de dinheiro a políticos e agentes públicos. Embora as provas tenham sido invalidadas, existe um recurso especial no STF, adormecido na gaveta do ministro Luís Roberto Barroso, que solicita a retomada do processo. Além do PT, a documentação compromete, em especial, o PMDB e a nata do tucanato paulista.

Quem também pode voltar ao noticiário com os desdobramentos da Lava Jato é o bicheiro Carlinhos Cachoeira e o empreiteiro Fernando Cavendish, da Delta Engenharia. A quebra do sigilo de uma das contas do doleiro revelou que as empresas do operador Adir Assad, flagrado na CPI do Cachoeira, utilizou o esquema de Youssef para lavar milhões de reais. Diz a PF sobre o tema: “É possível concluir que as grandes empreiteiras pagam um pedágio, ou comissão, que é movimentado por intermédio de operadores como Youssef. E deve ser afirmado aqui que o doleiro é apenas mais uma engrenagem dessa estrutura, que certamente contempla diversos outros operadores, ligados a outros grupos, como, por exemplo, no caso do operador Adir Assad, cuja atuação fora revelada pelo dono da Construtora Delta, Fernando Cavendish”.

Os desdobramentos da Lava Jato mostram que nenhum partido político está imune ao desenrolar das investigações, embora o trio PT-PMDB-PP seja o protagonista da trama. Caberá às lideranças políticas compreenderem que o esquema é o resultado de um sistema político arcaico, ancorado no financiamento privado de campanhas, que arrasta os partidos para a criminalidade. A luta entre Moro e as bancas criminalistas representa a disputa do interesse público contra uma elite empresarial acostumada às benesses do poder conquistadas por meio do pagamento de propinas. Nos últimos encontros, os empresários foram os vencedores. A Lava Jato é mais um *round*. Depois de inúmeras derrotas ao longo dos últimos anos, a moralidade pública pode finalmente vencer por nocaute. Se a investigação seguir adiante, doa a quem doer, conforme solicita Dilma Rousseff, o Brasil terá dado um passo importante rumo à real democracia. •

